

CT1 – RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

Adesão dos municípios ao programa Empresa Fácil

13/03/2018

Na 37ª Reunião Ordinária do FOPEME, o Comitê Territorial Oeste Integrado falou da necessidade de tornar obrigatória a adesão dos municípios ao programa Empresa Fácil / REDE Simples em todo estado. Tal obrigatoriedade traz facilidade na abertura, alteração e baixa de empresas, agilizando os processos, diminuindo custos e possibilita que o empreendedor inicie suas atividades em menor tempo possível.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Levantar os municípios que ainda não aderiram ao programa.

Identificar os principais obstáculos enfrentados por esses municípios (infraestrutura, capacitação, resistência política, etc.).

Mapear boas práticas dos municípios já integrados.

Envolver entidades como SEBRAE, Juntas Comerciais, Associações Comerciais e o próprio FOPEME para apoio técnico e político.

Criar uma carta de compromisso para os municípios aderirem formalmente.

Propor legislação estadual que torne obrigatória a adesão ao programa.

Estabelecer prazos e penalidades para não adesão.

Lançar campanha estadual de divulgação sobre os benefícios da REDE Simples para empreendedores.

Utilizar canais digitais e redes sociais para alcançar gestores e população

Inserção da Renovação de Licença no Empresa Fácil

28/07/2020

Esta demanda nasceu na Carta Paraná de 31 de agosto de 2017.

Segundo Sebastião Motta a Jucepar entrou em contato com Sr. James (responsável pela Vox) que informou ser possível a contratação de módulos (regularização e renovação). Sugeriu tratar do assunto na reunião do Subcomitê CGSIM/PR

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Agendar reunião com o Subcomitê CGSIM/PR para formalizar a proposta.

Elaborar um parecer técnico demonstrando os benefícios da renovação via sistema.

Solicitar à Vox proposta técnica e comercial para o desenvolvimento dos módulos de regularização e renovação e estabelecer cronograma.

Integração total dos Órgãos e Entidades licenciadores signatários com o sistema do Portal EMPRESA FÁCIL

22/08/2020

Esta demanda nasceu na Carta Paraná de 31 de agosto de 2017.

Redigida minuta de decreto estadual, que dispõe sobre a sugestão de PROGRAMA SIMPLIFICA PARANÁ. Em análise pela coordenadoria do Grupo de Trabalho do Decreto 4546/2020.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:
Agendar reunião com o Subcomitê CGSIM/PR para formalizar a proposta.
Desenvolver ou adaptar APIs e conectores para garantir a interoperabilidade entre os sistemas dos órgãos e o Empresa Fácil.

Adesão dos municípios ao sistema de consulta prévia

22/08/2020

Esta demanda nasceu na Carta Paraná de 31 de agosto de 2017.

Redigida minuta de decreto estadual, que dispõe sobre a sugestão de PROGRAMA SIMPLIFICA PARANÁ. Em análise pela coordenadoria do Grupo de Trabalho do Decreto 4546/2020.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:
Agendar reunião com o Subcomitê CGSIM/PR para formalizar a proposta.
Propor ajustes que tornem obrigatória a adesão dos municípios ao sistema de Consulta Prévia.
Validar juridicamente a compatibilidade da medida com a autonomia municipal e propor incentivos para adesão voluntária caso necessário.
Identificar os municípios que já utilizam o sistema de Consulta Prévia.
Levantar os municípios que ainda não aderiram e os motivos da não adesão (tecnologia, capacitação, desconhecimento).
Apresentar os benefícios da Consulta Prévia para o empreendedorismo local.
Envolver entidades parceiras como SEBRAE, Jucepar, CGSIM/PR e Associações Municipais.
Oferecer treinamentos para servidores municipais sobre o funcionamento e gestão da Consulta Prévia.
Disponibilizar suporte técnico para integração do sistema Empresa Fácil com os sistemas municipais.
Criar materiais de apoio (manuais, vídeos, tutoriais) para facilitar a implantação.
Priorizar municípios com maior densidade empresarial ou potencial de crescimento.

GT AMPECS – Selo Empresa Certa

21/10/2025

No 11º ciclo de reuniões com os Comitês Temáticos, as AMPECs, após discussões anteriores dos grupos de trabalho, formados por dirigentes dessas Entidades e conduzidos por SEBRAE/PR, colocaram a necessidade de reconhecimento e incentivo à continuidade das empresas – resultando na diminuição das mortalidades das empresas, por meio de certificação realizada pela AMPEC, selo, às empresas que cumpram todos os requisitos pré estabelecidos, além de sua longividade da sua atuação no município, com uma meta de implementação de 1 ano.

GT AMPECs - Participação em eventos de desburocratização

21/10/2025

Em 21/10/2025, no 11º ciclo de reuniões com os Comitês Temáticos, as AMPECs, após discussões anteriores dos grupos de trabalho, formados por dirigentes dessas Entidades e conduzidos por SEBRAE/PR, colocaram a necessidade de participar de eventos regionais voltados à desburocratização e à REDESIM, por meio de eventos promovidos pelo SEBRAE, com foco nas pautas de simplificação nas regionais.

CT2 – ACESSO A MERCADOS

GT AMPECs - Conscientização das prefeituras, políticas públicas dos escritórios de compras públicas

21/10/2025

Em 21/10/2025, no 11º ciclo de reuniões com os Comitês Temáticos, as AMPECs, após discussões anteriores dos grupos de trabalho, formados por dirigentes dessas Entidades e conduzidos por SEBRAE/PR, colocaram a necessidade de conscientização das Prefeituras – Sebrae, prefeituras e parceiros: elaborar e distribuir cartilha aos agentes de negócios (prazo contínuo). AMPEC RESPONSÁVEL PELA AÇÃO.

CT3 – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Envolver as demandas das MPEs dentro do Plano de Especialização produtiva desenvolvidos pelos Residentes do Especializa Paraná

2025

Leonardo Pacheco propondo esse tema de continuidade em 9/10/2025.

2017

Inicia em 2017 com o tema de Incentivo à Ampliação de APL 's (ver linha do tempo do Fórum)

Em 2018, Marcos Thiessen (FIEP) e Gilberto Passos (Tecpar), fizeram um mapeamento de setores portadores do futuro, que foi concluído com base na pesquisa realizada pelo SEBRAE e FIEP em 2018 e a partir deste mapeamento é necessário evoluir com a criação de uma plataforma de acesso rápido pelos empreendedores paranaenses.

Em 2022, criada AGEUNI como possível Porta Única de Entrada de demandas de inovação pela sociedade empresarial.

Em 2024, como consequência, formar profissionais especializados para atuarem juntos aos Núcleos de Inovação Tecnológica nas sedes da AGEUNI, por meio de Edital, concedendo 50 bolsas para formação de profissionais especializados nas Universidades Estaduais, com duração de 24 meses, cuja meta é ter 50 profissionais habilitados e atuando na AGEUNI em 2026. Esse processo está vinculado ao Programa Especializa Paraná criado em 2023.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Com base nos Planos de Especialização Produtiva elaborados pelos Residentes:

Realizar diagnóstico com MPEs, por meio de rodas de conversa, entrevistas e questionários com empreendedores locais, para identificar gargalos comuns, por exemplo acesso a crédito, qualificação, inovação, mercado, burocracia.

Mapear setores com maior presença de MPEs e potencial de especialização.

Integrar os Residentes aos Comitês Territoriais do FOPEME.

Estabelecer canais de diálogo contínuo entre Residentes e lideranças empresariais.

Inclusão das MPEs nos Planos de Especialização, garantindo que os Planos contemplem as cadeias produtivas lideradas ou compostas por MPEs, propostas de melhoria de ambiente de negócios, ações de qualificação e inovação voltadas às MPEs.

Priorizar vocações econômicas que envolvam arranjos produtivos locais com forte presença de MPEs.

Estimular por meio do Programa a criação de Centrais de Negócios, Cooperativas, SPes e redes de colaboração entre MPEs.

Propor projetos de compra pública local, feiras regionais, plataformas digitais de comercialização.

Identificar oportunidades de integração com programas como Empresa Fácil, Compra Paraná e Simplifica Paraná.

Incluir as Demandas de MPEs nos programas de Residência ARIs entre outros 2025

Leonardo Pacheco propondo esse tema 9/10/2025.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Realizar levantamento regional com apoio dos Comitês Territoriais e SEBRAE.

Identificar desafios comuns enfrentados pelas MPEs em Acesso à tecnologia, Marketing digital, Gestão financeira, Inovação de produtos e processos e Qualificação de mão de obra.

Estabelecer parceria formal com universidades e institutos que coordenam programas de residência técnica.

Propor que os editais e planos de trabalho dos residentes incluam obrigatoriamente ações voltadas às MPEs.

Criar linhas temáticas específicas para projetos de inovação e desenvolvimento empresarial local.

Criar Projetos Aplicados, para estimular os residentes a desenvolverem Diagnósticos empresariais, Planos de melhoria e inovação, Propostas de redes colaborativas entre MPEs, Soluções digitais e sustentáveis para negócios locais, priorizando projetos com impacto direto em resultados econômicos das empresas atendidas.

Conectividade Rural

Em 26 de junho de 2024, Carlos Assis, Secretário Técnico do Fórum, solicitou a Julio de Oliveira da SEI, para colocar essa ação da SEI no FOPEME de Levar internet às regiões rurais para atendimento do agronegócio e melhoria dos serviços prestados à população, onde entende-se que as MPEs estejam inclusas nesse processo. A meta da SEI é fechar parcerias com as operadoras de telefonia.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Formalizar a proposta da SEI junto ao FOPEME como ação prioritária.

Mapear as regiões rurais com baixa ou nenhuma cobertura de internet, onde existam polos produtivos do agronegócio e concentração de MPEs rurais.

Levantar demandas específicas de conectividade junto aos Comitês Territoriais e associações locais.

Integrar a conectividade com sistemas de gestão rural, plataformas de comercialização e serviços públicos digitais.

Garantir que MPEs rurais sejam beneficiadas com acesso à internet e capacitação digital.

GT AMPECs – Incubadoras - Casulos

21/10/2025

Em 21/10/2025, no 11º ciclo de reuniões com os Comitês Temáticos, as AMPECs, após discussões anteriores dos grupos de trabalho, formados por dirigentes dessas Entidades e conduzidos por SEBRAE/PR, colocaram a necessidade de Incubadoras – Casulos -, atribuindo a Jovane Borges, conversar com presidentes das Ampecs e propor ação conjunta para iniciar o programa Capacitar (imediato).

GT AMPECs – Programa de Transformação Digital

21/10/2025

Em 21/10/2025, no 11º ciclo de reuniões com os Comitês Temáticos, as AMPECs, após discussões anteriores dos grupos de trabalho, formados por dirigentes dessas Entidades e conduzidos por SEBRAE/PR, colocaram a necessidade de Programa de Transformação Digital – Ampec e Sebrae estruturar diagnóstico gratuito, oficinas práticas e consultoria credenciada; presidentes das Ampecs alinhar ação conjunta (prazo: 6 meses a 1 ano). AMPECs.

CT4 – INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

Ampliar a oferta de microcrédito no Estado - CONTINUIDADE

2012

O tema crédito para MPE sempre esteve presente nas reuniões do Fórum desde a sua instalação.

Em setembro de 2015, aconteceu um grande avanço com a continuidade do Acordo Bom Negócio Paraná de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas visando a operação e desenvolvimento do Programa Bom Negócio Paraná, por meio de cursos de capacitação em gestão empresarial, prestação de consultoria e acompanhamento às empresas de micro e pequeno porte – MPE, ao micro empreendedor individual – MEI, aos empreendedores informais e às cooperativas de produção e de serviços estabelecidos no Estado.

De 2012 a 2017 foram capacitados 23.509 empreendedores no PR.

Ainda em 2012, segundo SEIM, quem fazia o curso tinha acesso a financiamento do Banco Social, com juros de 0,58% a.m. até R\$ 15 mil; juros de 0,64% a.m. a 1,1% a.m. de R\$ 15 mil a R\$ 300 mil; juros maiores para quem não fez a capacitação.

Em 2017, quem fazia o curso, tinha acesso a financiamento mais barato pela FOMENTO com juros a partir de 1,26% a.m.

Também foi objeto a cooperação mútua de auxiliar a Fomento Paraná quanto à concessão de financiamentos aos participantes do programa Bom Negócio Paraná, sendo que o programa Banco do Empreendedor Paraná, operacionalizado e regulamentado pela Fomento Paraná, tinha por escopo o apoio e o fortalecimento de pequenos negócios, que movimentavam a economia local.

Tal Programa foi implantado em 40 municípios, abrangendo todas as microrregiões do Estado.

O Fórum tem acompanhado a produção anual de microcrédito pela Fomento Paraná, desde 2010. As informações se encontram nos relatórios anuais do Fórum.

Recuperação de Crédito dos empreendedores inadimplentes e negativados

18/04/2023

Recebido da FAMPEPAR o termo de referência para apresentação da proposta.

No momento atual existe uma quantidade enorme de empreendedores individuais e de micro e pequenas empresas em situação difícil, com dívidas e sem condições de mudança da situação por si só. Não apenas, mas boa parte gerada pela pandemia. Em fevereiro deste ano, o estado registrou 411.178 empresas inadimplentes no Paraná. Foi o maior número da região sul brasileira e, para o estado, a quantidade mais expressiva registrada em toda série histórica do índice, iniciada em 2019. Se considerarmos que desta quantidade, a grande maioria é de empreendedores individuais e de micro e pequenas empresas, a preocupação se justifica.

Dar apoio a estes empreendedores individuais e de micro e pequenas empresas, por meio de análise do seu negócio (vendas e gestão), na negociação junto aos credores, na capacitação, etc. Após análise chegar ao montante necessário a ser disponibilizado em condições diferenciadas, com orientação e programação de pagamentos para quitação do empréstimo, conseguindo desta forma propiciar e gerar condições deste empreendedor individual e de micro e pequena empresa poder voltar ao mercado, com trabalho e renda.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:
Checar se essa ação está no Acesso Orientado ao Crédito e se contempla o grau de endividamento e potencial de recuperação, atendimentos personalizados, a renegociação de dívidas com prazos estendidos, juros reduzidos e carência e capacitação e reestruturação.

Programa de Vendas do pequeno comércio

18/04/2023

Recebido da FAMPEPAR o termo de referência para apresentação da proposta.

Já há algum tempo os celulares deixaram de ser equipamentos de uso somente pessoal. No caso dos pequenos negócios passaram a ser instrumentos de trabalho essenciais. Aparelhos atualizados, com os últimos recursos e aplicativos do mercado, capacidade de armazenamento e uma boa câmera, dentre outros, são essenciais para que o empresário do pequeno negócio possa atuar com eficiência e resultado.

Propiciar em condições viáveis de aquisição, uma ferramenta atualizada para dar uma estrutura mínima de trabalho e renda ao empreendedor individual e de micro e pequena empresa.

Permitir ao empreendedor independência, facilitar e agilizar as relações e operações pertinentes ao pequeno negócio.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Poderíamos viabilizar uma chamada para acesso a equipamentos tecnológicos atualizados (especialmente smartphones) para empreendedores individuais e micro e pequenas empresas, como ferramenta essencial para vendas, gestão, comunicação e geração de renda, nesse setor de comércio, serviços, delivery, artesanato, uber.

Firmar acordos com fabricantes e operadoras (Samsung, Motorola, Apple, Vivo, Claro, TIM) para fornecimento de aparelhos com condições especiais.

Oferecer linhas de financiamento acessíveis.

Criar um programa estadual com subsídio parcial ou financiamento facilitado para aquisição dos aparelhos, oferecendo opções de pagamento com carência inicial e parcelas compatíveis com a realidade desses negócios.

GT AMPECs – Capacitação "Mais Finanças"

21/10/2025

Em 21/10/2025, no 11º ciclo de reuniões com os Comitês Temáticos, as AMPECs, após discussões anteriores dos grupos de trabalho, formados por dirigentes dessas Entidades e conduzidos por SEBRAE/PR, colocaram a necessidade de Capacitação "Mais Finanças" – SEBRAE e solicitado que Amberson organize lives para apresentar soluções financeiras e qualificar as Ampecs - (andamento aprovado, prazo a definir).

CT5 – Educação, Formação e Capacitação Empreendedora

Carta Paraná 2017 – Disciplina de empreendedorismo no ensino superior - SETI 13/09/2018

Em evento nessa data, no Teatro do Museo Oscar Niemeyer, foi demandado pelos participantes dos Comitês Territoriais ao Comitê Temático de Educação, Formação e Capacitação Empreendedora para implementar uma disciplina de Empreendedorismo em todos os cursos das instituições de ensino superior.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:
Formar GT da área de educação.

Levantar os cursos que já possuem disciplinas de empreendedorismo.

Desenvolver uma matriz curricular básica para a disciplina, com possibilidade de adaptação por área de conhecimento. Incluir temas como: Cultura empreendedora, Modelos de negócio, Inovação e tecnologia, Sustentabilidade e impacto social, Empreendedorismo territorial

Promover formação para professores das IES sobre educação empreendedora.

Criar rede de docentes multiplicadores em parceria com o SEBRAE e universidades.

Estabelecer cronograma de implantação por instituição e curso.

Priorizar cursos com maior potencial de impacto regional (administração, agronomia, tecnologia, saúde, educação).

Carta Paraná 2017 - Cultura do Associativismo 13/09/2018

Em evento nessa data, no Teatro do Museo Oscar Niemeyer, foi demandado pelos participantes dos Comitês Territoriais ao Comitê Temático de Educação, Formação e Capacitação Empreendedora para implementar nas escolas a cultura de associativismo.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:
Formar GT da área de educação.

Formalizar a demanda junto à Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), envolvendo a SETI, SEIC, SEBRAE, CONAMPE, OCB/PR e os Comitês Territoriais.

Desenvolver a proposta pedagógica.

Mapear escolas com perfil para implantação piloto.

Criar um módulo curricular sobre associativismo, com conteúdos como História e princípios do associativismo e cooperativismo, Tipos de associações e cooperativas, Gestão democrática e participação cidadã, Empreendedorismo coletivo e economia solidária

Promover capacitação de professores e coordenadores pedagógicos sobre Metodologias participativas, Projetos de aprendizagem com foco coletivo e Gestão de grupos e liderança colaborativa

Criar rede de educadores multiplicadores com apoio do SEBRAE e OCB/PR.
Selecionar escolas em diferentes territórios para testar o módulo.

Carta Paraná 2017 - Programa de participação entre empresários e estudantes – Cartilha Educação e Oportunidades Empreendedoras

13/09/2018

Em evento nessa data, no Teatro do Museo Oscar Niemeyer, foi demandado pelos participantes dos Comitês Territoriais ao Comitê Temático de Educação, Formação e Capacitação Empreendedora para elaborar programas que estimulem a participação entre empresários e estudantes nas escolas, para estimular o empreendedorismo.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Formar GT da área de educação

Formalizar a proposta junto à SEED-PR, SETI, SEIC, SEBRAE, CONAMPE e os Comitês Territoriais.

Criar um Grupo de Trabalho Intersetorial para desenvolver o programa e acompanhar sua execução.

Envolver associações comerciais, sindicatos empresariais e cooperativas como parceiros locais.

Atualizar e validar a Cartilha Educação e Oportunidades Empreendedoras como referência pedagógica.

Incluir conteúdos como Tipos de empreendedorismo (individual, coletivo, social), Casos reais de empresários locais, Passo a passo para criação de negócios, Ferramentas de gestão e inovação

Distribuir a cartilha em formato físico e digital para escolas e parceiros.

Vivência Empreendedora: visitas técnicas a empresas, feiras e eventos.

Mentoria Escolar: empresários convidados para palestras, oficinas e rodas de conversa nas escolas.

Desafio Empreendedor Jovem: estudantes desenvolvem ideias de negócio com apoio de mentores e apresentam em eventos regionais.

Capacitar professores para mediar as atividades empreendedoras nas escolas.

Criar rede de empresários mentores voluntários, com apoio das entidades empresariais.

Produzir materiais de apoio para facilitar a interação entre escola e empresa.

Selecionar escolas em diferentes territórios para testar o programa.

Carta Paraná 2017 – Comitê de gerenciamento da educação empreendedora

13/09/2018

Em evento nessa data, no Teatro do Museo Oscar Niemeyer, foi demandado pelos participantes dos Comitês Territoriais ao Comitê Temático de Educação, Formação e Capacitação Empreendedora para criar comitê permanente de debate e gerenciamento da Educação empreendedora.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Formar GT da área de educação

Formalizar a criação do comitê no FOPEME, com aprovação em plenária.

Definir composição com representantes de SEED-PR, SETI, SEIC, Universidades estaduais e federais, SEBRAE, CONAMPE, OCB/PR, Comitês Territoriais e entidades empresariais

Levantar programas, disciplinas, projetos e ações de educação empreendedora já existentes nas redes estadual e superior.

Identificar boas práticas e experiências replicáveis.

Criar banco de dados com iniciativas por território

Elaborar plano de trabalho anual com metas e indicadores.

Promover reuniões periódicas com órgãos de governo, universidades e entidades parceiras.

Estimular a criação de núcleos locais de educação empreendedora nos territórios.

Carta Paraná 2017 – Núcleos de desenvolvimento e empreendedorismo

13/09/2018

Em evento nessa data, no Teatro do Museo Oscar Niemeyer, foi demandado pelos participantes dos Comitês Territoriais ao Comitê Temático de Educação, Formação e Capacitação Empreendedora para criar núcleos de desenvolvimento e empreendedorismo.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Formar GT da área de educação

Propor a criação do comitê em plenária do FOPEME.

Redigir e aprovar o regimento interno

Incluir membros de SEED-PR, SETI, SEIC, Universidades estaduais e federais - SEBRAE, CONAMPE, OCB/PR, Comitês Territoriais, Entidades empresariais e educacionais

Levantar ações de educação empreendedora já existentes nas redes estadual e superior.

Promover reuniões periódicas com órgãos de governo, universidades e entidades parceiras.

Estimular a criação de núcleos locais de educação empreendedora nos territórios.

Fundos para fomentar educação empreendedora

27/04/2023

Na 22ª Reunião Extraordinária do FOPEME, como resultado dos trabalhos do Encontro dos Comitês Temáticos, na sede do SEBRAE/PR, foi priorizada a demanda: Criação de um fundo de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações que fomentem o empreendedorismo por entidades públicas e sem fins lucrativos.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Estabelecer critérios legais para repasse de recursos a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Identificar fontes possíveis Recursos do orçamento estadual (via SEIC, SETI, SEED), Emendas parlamentares, Parcerias com Fomento Paraná, BID, BNDES, Fundos de inovação, desenvolvimento regional e educação

Estabelecer linhas temáticas para financiamento, como: Formação de professores em educação empreendedora, Implantação de disciplinas e projetos escolares, Criação de incubadoras e laboratórios de inovação, Eventos, feiras e desafios empreendedores e Produção de materiais didáticos e digitais

Implementar ações de educação empreendedora de forma simplificada e ágil.- SEBRAE

27/04/2023

Na 22ª Reunião Extraordinária do FOPEME, como resultado dos trabalhos do Encontro dos Comitês Temáticos, na sede do SEBRAE/PR, foi priorizada a demanda: Elaboração de políticas públicas a nível estadual para implementar ações de educação empreendedora de forma simplificada e ágil para os diretores e gestores da rede.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Formar GT da área de educação

Formalizar a proposta junto à SEED-PR, SETI, SEIC e SEBRAE/PR.

Criar um Grupo de Trabalho Interinstitucional com representantes dos Comitês Temáticos do FOPEME, universidades e entidades parceiras.

Estabelecer um termo de cooperação técnica entre SEBRAE e SEED para viabilizar ações conjuntas.

Elaborar uma resolução ou diretriz estadual que autorize e estimule a implementação simplificada de ações empreendedoras nas escolas, de adesão voluntária e desburocratizada, oferecendo modelos prontos de atividades e projetos e que permita flexibilidade de aplicação conforme realidade local

Criação de Kit de Implantação Ágil

Capacitação de Diretores e Gestores

Incentivar a oferta de programas de capacitação para o público da terceira idade.

27/04/2023

Na 22ª Reunião Extraordinária do FOPEME, como resultado dos trabalhos do Encontro dos Comitês Temáticos, na sede do SEBRAE/PR, foi priorizada a demanda: Incentivar a oferta de programas de capacitação para o público da terceira idade, nas temáticas de empreendedorismo.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:

Diagnóstico e Mapeamento

Identificar territórios com maior concentração de idosos ativos economicamente.

Mapear iniciativas já existentes (ex: projetos do SEBRAE, universidades abertas,

associações de aposentados).

Criar trilhas formativas específicas para o público sênior

Desenvolver materiais didáticos com linguagem acessível, exemplos práticos e recursos visuais.

Articular com SEBRAE/PR, SENAC, Universidades estaduais (programas de extensão),

Associações de aposentados e clubes da terceira idade, Prefeituras e secretarias municipais de assistência social

Estimular a criação de polos locais de capacitação com apoio dos Comitês Territoriais.

Capacitar educadores, agentes comunitários e voluntários para atuar como facilitadores dos cursos.

Criar rede de instrutores especializados em educação empreendedora para idosos.

Programa - Ofertar Cursos de Gestão para o associativismo e Empreendedorismo por meio do acesso dos candidatos na Agência do Trabalhador.

09/10/2025

Em 31/03/2022, no Palácio Iguaçu, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica entre SEJUF, SEBRAE, SENAI e SENAC, objetivando o cadastramento, seleção e direcionamento das pessoas, com perfil empreendedor, que procuram as Agências do Trabalhador, aos cursos de ensino técnico, para ampliar a possibilidade de ingresso ao empreendedorismo por meio do maior conhecimento técnico, como alternativa ao emprego formal.

O Termo de Cooperação Técnica proporcionará as oportunidades de formação técnica, para que os novos empreendedores possam aumentar suas possibilidades de perpetuar seus negócios.

Em 9 de outubro de 2025, Leonardo Pacheco sugere retomar o projeto que deu origem, como Programa - Ofertar Cursos de Gestão para o associativismo e Empreendedorismo por meio do acesso dos candidatos na Agência do Trabalhador.

CT7 – Assuntos Tributários e Legislativos

Política Nacional de Acesso ao Crédito

13/03/2018

Na 37ª Reunião Ordinária do FOPEME, o Comitê Territorial Oeste Integrado propôs a criação de uma política nacional de acesso a crédito para as MPE, objetivando:

- Facilitar o acesso a crédito nas linhas subsidiadas ou com taxas equalizadas.
- Aproximar os pequenos negócios das instituições financeiras.
- Reduzir o risco nas operações através da qualificação do empresário para melhoria dos processos de gestão.

Para a proposta de criação de uma Política de Acesso ao Crédito para as MPE, inspirou-se na política criada para os pequenos negócios rurais, o PRONAF. Este Programa instituído pelo Governo Federal traz regras bem definidas que facilitam o acesso ao crédito por parte dos beneficiados, promove a qualificação, o desenvolvimento destes pequenos negócios e facilita a operação por parte dos agentes financeiros.

Valor de transição no faturamento e tributação entre MEI e ME

13/03/2018

Na 37ª Reunião Ordinária do FOPEME, o Comitê Territorial Oeste Integrado propôs a criação de uma faixa de valor de transição no faturamento e tributação entre MEI e ME.

A faixa de transição no faturamento diminuiria a dificuldade de migração dos MEIs para ME, pois hoje a diferença dos valores de tributos entre as duas modalidades é muito grande, e esta faixa de transição facilitaria as migrações.

Na reunião, Hamada da SEFA, que tem defendido uma rampa, propôs uma forma. Essa proposta foi apresentada por Sr. Ercílio na reunião itinerante do GT MEI do Fórum Permanente Nacional, em Curitiba.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 635/2023 por Ercílio Santinoni - CONAMPE

Ementa que institui o Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE), para o incentivo ao empreendedorismo e o fomento para implantação de novos negócios no país. Situação atual: Aguardando parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2023 por Ercílio Santinoni - CONAMPE

Ementa que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996,

criando o “SIMPLES TRABALHISTA”. Situação atual: Aguardando designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

ACOMPANHAMENTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA por Jovane Borges – CONAMPE

Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, composto de ICMS e ISS e Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, composto de PIS, COFINS e IPI, entrarão em operação a partir de janeiro de 2027.5

As empresas terão direito aos créditos ICMS, só quando os fornecedores efetivarem o pagamento dos impostos, ou seja no mês seguinte à compra. Se os fornecedores não liquidarem o tributo, o comprador não receberá o crédito.

O imposto, a partir da reforma tributária, será devido ao local do consumo, para evitar a guerra fiscal entre Estados e Municípios.

Simples Nacional, por enquanto, mantém a sistemática atual.

A partir de janeiro de 2026, as empresas vão ter que destacar os tributos CBS e IBS nas notas fiscais, para poderem ir se adequando ao novo processo, não sendo tributados nesse momento, só em 2027.

Certificação quanto ao porte das empresas

13/03/2018

Na 37ª Reunião Ordinária do FOPEME, o Comitê Territorial Oeste Integrado, solicitou articular com a Receita Federal, para que haja certificação quanto ao porte das empresas para o processo de compras públicas.

É de suma importância que o Fórum possa demandar da Receita Federal do Brasil, criação de mecanismo atualizado e de amplo acesso dos órgãos licitantes, com banco de dados onde se possa aferir o porte “real” das empresas com o intuito de evitar que aquelas que não se enquadram como MPE se beneficiem das prerrogativas legais, utilizando-se inclusive, de declaração “falsa” no momento do credenciamento das licitações. Esse mecanismo se faz extremamente necessário, pois, por um lado, atualmente não existe um banco de dados, ou instrumento semelhante onde se pode fazer essa verificação com informações atualizadas e seguras por parte dos órgãos licitantes, por outro lado, por exemplo, o TCE/PR segue demonstrando em algumas ocasiões, que os licitantes devem se responsabilizar solidariamente nessa aferição. Fatos estes que em dado momento, poderão inviabilizar a aplicação de todos os benefícios do capítulo de Acesso a Mercados da LC 123/2006.

21/08/2025

Na 2ª Reunião Ordinária do FPMPE em Vitória – ES Pietro Perugino e Olga Embiruçu - auditores fiscais da RF, disseram que no momento ainda é necessário confirmar o porte (ex: análise de balanço). O problema de declaração falsa irá se resolver com a nova tributação.

Estão vendo uma forma de barrar isso, prioritariamente nas contratações públicas.

Facilitar o registro e a contratação de empregados

27/04/2023

Na 22ª Reunião Extraordinária do FOPEME, como resultado dos trabalhos do Encontro dos Comitês Temáticos, na sede do SEBRAE/PR, foi priorizada a demanda: Integração do E-Social, CTPS e / JT e Sindicatos para facilitar o registro e a contratação.

Em 16/08/2023 enviado ao sr. Ercílio Santinoni, presidente da CONAMPE, conforme tratado na reunião do CT1 de 11 de julho de 2023, onde o Fórum solicitou a gentileza de encaminhar no Fórum Nacional / Comitê do Simples Nacional, a demanda originada no Encontro dos Comitês Temáticos de 27 de abril, de Integração do E-Social, CTPS e / JT e Sindicatos para facilitar o registro e a contratação;”, conforme detalhado no documento anexo, redigido pelo sr. Weslen da Silva, da AMPEC Maringá.

Possíveis encaminhamentos para análise do coordenador de governo do CT:
Consolidar o documento elaborado por Weslen da Silva (AMPEC Maringá) como base técnica da proposta.

Confirmar o recebimento e encaminhamento da demanda ao Fórum Permanente Nacional / Comitê do Simples Nacional, por meio do presidente da CONAMPE, Sr. Ercílio Santinoni.

Solicitar inclusão da pauta na próxima reunião do Comitê do Simples Nacional.

Identificar os pontos de desconexão entre os sistemas: E-Social, CTPS Digital, Justiça do Trabalho e plataformas sindicais.

Aplicação dos Fundos FIME e FCR

22/10/2018

Nas instalações do SEBRAE/PR, a governadora do Estado formalizou a regulamentação de três fundos (FAG, FCR e FIME) de fomento às micro e pequenas empresas do Paraná, que terão mais acesso a crédito, a recurso para consolidação de empreendimentos e à inovação. A redação dos Fundos vinha sendo trabalhada desde 2016 neste Comitê Temático.

Desde 2018, a Fomento Paraná tem trabalhado no Regramento dos 3 fundos, sendo que o FAG está regrado e operando, FIME e FCR estão regradados, mas aparentemente não operando.